

# Índice

## CAPÍTULO IO

### DA AÇÃO CIVIL “EX DELICTO”

1. <i>Actio civilis ex delicto</i> . Noções .....	21
2. Pretensão punitiva e pretensão de ressarcimento .....	22
3. Ação penal e <i>actio civilis ex delicto</i> .....	24
4. A ação penal e a ação civil são independentes?.....	28
5. Sistemas .....	30
6. Sistema pátrio .....	33
7. Responsabilidade civil e responsabilidade penal .....	35
8. Objeto da <i>actio civilis ex delicto</i> .....	37
9. Quantificação .....	38
10. Dano moral .....	40
11. Influência da jurisdição penal sobre a civil.....	49
12. Execução.....	56
13. Ação civil proposta antes do ajuizamento ou no transcorrer da causa penal.....	58
14. Sentença penal absolutória.....	63
15. Arquivamento de inquérito e extinção da punibilidade.....	70
16. Atividade do Ministério Público .....	71

## CAPÍTULO I I

### DA JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1. Noções gerais.....	73
-----------------------	----



2. A jurisdição como necessidade jurídica.....	76
3. Conceito.....	77
4. A função de julgar é exclusiva do Judiciário? .....	79
5. Jurisdição, administração e legislação. Diferenças .....	80
6. Caracteres da jurisdição.....	84
7. Caracteres formais .....	85
8. Elementos .....	85
9. Princípios.....	87
10. Divisão da jurisdição .....	100

## CAPÍTULO 12

### DA COMPETÊNCIA

1. Noções introdutórias.....	107
2. A delimitação do poder de julgar feita pela Constituição. Justiças Especiais. Competência da Jurisdição .....	108
3. Justiça Comum.....	111
4. A delimitação <i>ratione loci</i> .....	113
5. Justiça Militar Federal .....	116
6. Justiça Militar Estadual.....	117
7. Justiça Eleitoral .....	122
8. Justiça Comum Federal.....	123
9. Justiça Comum Estadual .....	124
10. A delimitação do poder de julgar fixada pela lei ordinária — <i>locus commissi delicti</i> .....	126
11. Foro competente nos crimes ambientais .....	134
12. Crimes plurilocais.....	140
13. Foro competente nos delitos qualificados pelo resultado.....	143
14. Tentativa .....	147
15. Crimes a distância ou de espaço máximo .....	147
16. Infrações cometidas nas divisas de duas ou mais comarcas.....	148
17. Da competência pelo domicílio ou residência do réu .....	151
18. Critérios para a determinação do Juiz competente.....	155
19. Da competência pela distribuição .....	166

## CAPÍTULO 13

### DA COMPETÊNCIA PELA PREVENÇÃO. DA COMPETÊNCIA PELA PRERROGATIVA DA FUNÇÃO. CRIMES COMETIDOS FORA DO BRASIL. TERRITÓRIO MARÍTIMO. ESPAÇO AÉREO

1. Da competência pela prevenção.....	170
2. Da competência pela prerrogativa da função ( <i>ratione personae vel muneris</i> ).....	171
3. Supremo Tribunal Federal.....	175
4. Superior Tribunal de Justiça.....	177
5. Superior Tribunal Militar.....	179
6. Tribunal Superior Eleitoral.....	180
7. Tribunais Regionais Eleitorais.....	180
8. Tribunais Regionais Federais.....	181
9. Tribunais de Justiça.....	184
10. Nosso entendimento quanto à competência originária <i>ratione personae vel muneris</i> dos Tribunais de Justiça.....	192
11. Crime praticado fora do Estado onde o beneficiário de foro privativo exerce suas atividades.....	193
12. Competência originária mesmo cessada a função.....	194
13. Cessação da função.....	194
14. Ação de improbidade.....	199
15. Problemas especiais.....	204
16. Processo e julgamento.....	206
17. Procedimento.....	206
18. O arquivamento do inquérito nos Tribunais.....	208
19. O art. 85 do CPP e os problemas que suscita.....	213
20. Crimes cometidos fora do território nacional.....	218
21. Crimes cometidos no território marítimo ou em alto-mar.....	219
22. Crimes cometidos no espaço aéreo.....	222
23. Competência da Justiça Comum Federal.....	228

## CAPÍTULO 14

### DA COMPETÊNCIA PELA CONEXÃO E CONTINÊNCIA

1. Da competência pela conexão e continência.....	247
---------------------------------------------------	-----



2. Efeitos da conexão e continência .....	248
3. Espécies de conexão .....	249
4. Da continência .....	254
5. Da continência por cumulação subjetiva e por cumulação objetiva ...	255
6. As regras para se fixar o <i>forum attractionis</i> .....	256
7. As exceções à regra .....	266
8. A <i>perpetuatio jurisdictionis</i> .....	271
9. O problema da soma ou unificação das penas .....	277

## CAPÍTULO 15

### DA COMPETÊNCIA FUNCIONAL

1. Da competência funcional.....	281
2. Modalidades de competência funcional .....	283
3. Competência funcional por fases do processo .....	283
4. Competência funcional por objeto do juízo .....	284
5. Da competência vertical.....	285
6. Da competência em razão de recursos .....	285
7. Da competência recursal do STF .....	287
8. Da competência recursal do STJ.....	288
9. Da competência recursal do STM.....	289
10. Da competência recursal dos Tribunais Regionais Federais .....	289
11. Da competência recursal do TRE.....	290
12. Da competência recursal do TSE.....	291
13. Da competência recursal dos Tribunais de Justiça .....	291
14. Da competência do Tribunal de Justiça .....	291
15. Da competência recursal da Justiça Militar Estadual.....	294
16. Da competência originária <i>ratione personae</i> .....	295
17. Da competência originária <i>ratione materiae</i> .....	296

## CAPÍTULO 16

### DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA — 1

1. Noções introdutórias .....	301
2. Conceito de Organização Judiciária.....	302

3. Constituição da Magistratura. Sistemas .....	302
4. Promoção de Juízes. Critérios.....	313
5. Duplo grau de jurisdição.....	316
6. Composição dos juízos e Tribunais.....	316

## CAPÍTULO 17

### DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA — 2

1. Funções do Poder Judiciário .....	321
2. Atividades judiciárias secundárias .....	322
3. Atividades de autogoverno.....	323
4. Atividades anômalas .....	324
5. Órgãos do Poder Judiciário.....	324
6. O STF .....	325
6-A. O Conselho Nacional de Justiça .....	327
7. O STJ.....	330
8. Justiça Militar Federal .....	331
9. Justiça Eleitoral .....	333
10. Justiça Comum Federal.....	336
11. Justiça Comum Estadual .....	337
12. Justiça Militar Estadual.....	337

## CAPÍTULO 18

### DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA — 3

#### DA INDEPENDÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

1. Da independência jurídica dos Juízes .....	343
2. Os três Poderes .....	346

## CAPÍTULO 19

### DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA — 4

#### DA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA DOS JUÍZES

1. Da independência política dos Juízes .....	351
2. Vitaliciedade .....	352

3. Inamovibilidade .....	354
4. Irredutibilidade de subsídios .....	356
5. Autogoverno .....	357
6. Dos deveres do Magistrado.....	357
7. Penalidades .....	358
8. Prerrogativas .....	359
9. Responsabilidade civil .....	359

## CAPÍTULO 20

### **DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA — 5 DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA**

1. Dos auxiliares da Justiça.....	361
2. Serventuários da Justiça.....	362
3. Funcionários da Justiça.....	362
4. O Escrivão .....	362
5. O Oficial de Justiça.....	364
6. O Distribuidor .....	364
7. O Contador .....	364
8. O Partidor .....	365
9. O Porteiro dos Auditórios .....	365
10. Peritos e Avaliadores.....	365
11. Os Intérpretes.....	365
12. Depositário Público .....	366

## CAPÍTULO 21

### **DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA — 6 ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

1. Os órgãos da Justiça paulista .....	367
2. Circunscrições, Comarcas e Distritos .....	368
3. A Circunscrição .....	368
4. A Comarca.....	369
5. As Comarcas e Foros Distritais de entrância inicial .....	369
6. As Comarcas e Foros Distritais de entrância intermediária .....	371



7. As Comarcas de entrância final .....	372
8. Foros Distritais .....	372
9. As Circunscrições Judiciárias .....	372
10. O Distrito .....	376
11. A organização judiciária da Capital paulista.....	377
12. As seções judiciárias.....	381
13. Os órgãos jurisdicionais da Capital paulista .....	381
14. A distribuição da competência na Capital de São Paulo.....	382
15. O ingresso na Magistratura paulista.....	383
16. Os órgãos da 2. <sup>a</sup> instância no Estado de São Paulo.....	387

## CAPÍTULO 22

### DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. Conceito.....	401
2. Histórico .....	402
3. Garantias.....	404
4. Funções.....	405
5. Funções extrapenais.....	408
6. Natureza das funções .....	413
7. Princípios que regem a Instituição.....	418
8. Conselho Nacional do Ministério Público .....	425

## CAPÍTULO 23

### DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO ESTADO DE SÃO PAULO

1. O Ministério Público Estadual .....	429
2. Da organização do Ministério Público do Estado de São Paulo ....	430
3. Do ingresso na Instituição .....	431
4. Do Ministério Público na 1. <sup>a</sup> instância. Do Promotor Substituto .....	433
5. Dos Promotores de Justiça.....	434
6. Das atribuições.....	436
7. Dos Promotores de Justiça especializados da área extrapenal .....	438
8. Das atribuições.....	438
9. Dos Estagiários do Ministério Público .....	450

10. Da Comissão de Concurso.....	458
11. Dos Procuradores de Justiça.....	458
12. Subprocuradores.....	459
13. Do Conselho Superior do Ministério Público.....	459
14. Do Colégio de Procuradores de Justiça.....	461
15. Do Procurador-Geral de Justiça.....	463
16. Do Corregedor.....	467
17. Das garantias e prerrogativas.....	469
18. Da disciplina.....	471
19. Atividades.....	472
20. Manual de Atuação Funcional dos Promotores de Justiça do Estado de São Paulo.....	472
21. O quadro do Ministério Público no Estado de São Paulo.....	504
22. Deveres, proibições e impedimentos.....	505

## CAPÍTULO 24

### DA ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. Da organização do Ministério Público no Brasil.....	509
2. Do Procurador-Geral do Ministério Público da União.....	510
3. O Ministério Público Federal.....	511
4. O Ministério Público Militar.....	513
5. O Ministério Público da União junto à Justiça Eleitoral.....	513
6. O Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho.....	515
7. O Ministério Público junto à Justiça local.....	516
8. O Ministério Público Estadual junto à Justiça Militar.....	517
9. Procuradores da Fazenda Nacional.....	518

## CAPÍTULO 25

### SUJEITOS PROCESSUAIS

1. Noções.....	519
2. Órgãos Jurisdicionais.....	521
3. Classificação dos Órgãos Jurisdicionais.....	522
4. Capacidade objetiva e capacidade subjetiva.....	523



5. Funções.....	524
6. As partes processuais.....	525
7. Acusador.....	533
8. O ofendido.....	535

## CAPÍTULO 26

### DO IMPUTADO

1. Imputado. Noções.....	541
2. Identidade do imputado.....	542
3. Presença do imputado.....	544
4. Da contumácia.....	545
5. Capacidade processual.....	546
6. Os mortos.....	547
7. Os animais.....	548
8. As pessoas jurídicas.....	549
9. Direitos do imputado.....	557

## CAPÍTULO 27

### DO DEFENSOR

1. Defesa.....	561
2. Espécies de defesa.....	561
3. Defesa em sentido estrito.....	562
4. O binômio acusação/defesa.....	562
5. Importância da defesa.....	563
6. Necessidade da defesa.....	564
7. Defensor. Procurador. Curador.....	566
8. Natureza jurídica da função do Defensor.....	567
9. Função do Defensor.....	568
10. Honorários.....	575
11. Autodefesa.....	575
12. Sanções.....	576
13. Procurador do ausente.....	578
14. Ordem dos Advogados.....	579

15. Dos deveres.....	585
16. Direitos do Advogado .....	587
17. Infrações disciplinares .....	590

## CAPÍTULO 28

### DO ASSISTENTE

1. O assistente. Noções .....	597
2. Atividades do ofendido.....	598
3. O Ministério Público e a ação privada.....	598
4. O ofendido como assistente .....	600
5. Função do assistente .....	602
6. Em que hipótese se admite o assistente? .....	608
7. O assistente nas contravenções .....	608
8. Em que fase processual se admite a intervenção do assistente? ....	611
9. Habilitação do assistente.....	612
10. Ouvida do Ministério Público.....	613
11. Recurso .....	614
12. Atividades do assistente.....	615
13. Prazo .....	618
14. Corréu.....	620
15. Notificação e intimação .....	621

## CAPÍTULO 29

<b>DAS QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES .....</b>	<b>623</b>
--------------------------------------------------	------------

## CAPÍTULO 30

### DAS QUESTÕES PREJUDICIAIS

1. Noção prévia.....	625
2. Conceito.....	626
3. Caracteres .....	627
4. Questões prejudiciais e questões preliminares .....	628
5. Divisão.....	632
6. Sistemas .....	633

7. Sistema pátrio .....	638
8. Classificação das questões prejudiciais.....	641
9. Pressupostos das prejudiciais devolutivas absolutas .....	642
10. Suspensão do processo.....	643
11. Provas produzidas no período da suspensão .....	644
12. Prescrição .....	644
13. Intervenção do Ministério Público.....	645
14. Recursos .....	646
15. Pressupostos das prejudiciais devolutivas relativas (art. 93).....	647
16. Suspensão do processo.....	649
17. Provas produzidas no período da suspensão .....	649
18. Prescrição .....	650
19. Intervenção do Ministério Público.....	650
20. Recurso .....	650
21. Influência do julgado cível .....	650
22. Natureza jurídica das prejudiciais.....	651

## CAPÍTULO 3 I

### DAS EXCEÇÕES

1. Noções .....	653
2. Defesa contra a ação .....	655
3. Defesa contra o processo .....	655
4. As circunstâncias previstas no art. 95.....	657
5. Crítica à expressão “exceções processuais” .....	658
6. As exceções .....	659
7. <i>Exceptio suspicionis</i> .....	659
8. Causas de suspeição.....	659
9. Prioridade .....	662
10. Abstenção .....	663
11. Arguição .....	664
12. Pode o Ministério Público arguir a suspeição? .....	665
13. E o assistente?.....	665
14. Acolhimento .....	666

15. Não acolhimento.....	666
16. Não suspensão .....	668
17. Apreciação da exceção.....	668
18. Consequências .....	669
19. A suspeição na instância superior. Abstenção.....	670
20. Recusa.....	670
21. Suspeição do órgão do Ministério Público.....	671
22. Abstenção .....	672
23. Recusa.....	672
24. Peritos .....	672
25. Intérpretes .....	673
26. Serventuários e Funcionários da Justiça .....	673
27. Jurado .....	673
28. Suspeição. Impedimento. Incompatibilidade .....	676
29. Autoridade Policial .....	680
30. <i>Exceptio incompetentiae</i> .....	681
31. Abstenção .....	682
32. Alegação .....	683
33. Poderá o autor opor a exceção de incompetência?.....	684
34. <i>Declinatoria fori</i> .....	685
35. Consequências .....	685
36. Incompetência absoluta.....	686
37. <i>Exceptio litispendentiae</i> .....	691
38. Regras aplicáveis à litispendência.....	693
39. Ilegitimidade de parte .....	694
40. <i>Exceptio illegitimitatis partis</i> .....	695
41. Poder-se-á arguir, por meio de exceção, a ilegitimidade <i>ad causam</i> ..	696
42. <i>Exceptio rei judicatae</i> .....	698
43. Regras aplicáveis à coisa julgada.....	710

## CAPÍTULO 32

### DO CONFLITO DE JURISDIÇÃO

1. Noções preliminares .....	713
------------------------------	-----

2. Os problemas da competência. Solução.....	715
3. Conflito de jurisdição .....	715
4. Conflito de competência .....	715
5. Conflito de atribuições.....	716
6. Modalidades de conflito.....	716
7. Quem pode suscitar o conflito? .....	717
8. Forma de arguição .....	718
9. Sobrestamento do feito .....	719
10. Pedido de informações.....	720
11. Ouvida do Procurador.....	720
12. A quem é dirigido o pedido? .....	720
13. Competência .....	721
14. Avocação.....	726
15. Conflito de atribuições .....	726

## APÊNDICE

Lei Orgânica da Magistratura Nacional.....	739
Lei Orgânica Nacional do Ministério Público .....	781
Estatuto do Ministério Público da União.....	815
As Seções e Subseções da Justiça Federal do Brasil .....	913
As Subseções do Estado de São Paulo e os Municípios que as integram .....	915
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>927</b>